

Acessibilidade nos museus brasileiros: tendências da produção acadêmica

Cláudia Celeste¹

Camila Silveira²

DOI: 10.26512/museologia.v.8i16.24783

196

MUSEOLOGIA & INTERDISCIPLINARIDADE Vol. 8, n.º 16, Jul./ Dez. de 2019

Resumo

A presente pesquisa busca mapear a tendência nas pesquisas acadêmicas que discutem acessibilidade e inclusão em Museus no Brasil. Com base nos pressupostos da pesquisa qualitativa do tipo documental, o corpus da pesquisa foi o Catálogo de Teses de Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os procedimentos metodológicos envolveram o levantamento e a leitura dos resumos. Para a análise dos dados, utilizou-se a Análise de Conteúdo. Foram localizados apenas treze trabalhos que discutem questões pertinentes à Acessibilidade em Museus. Os resultados mostram que é necessário aprofundar a pesquisa na área e promover a consolidação na produção científico nacional.

Palavras-chave:

Museus. Acessibilidade. Inclusão. Espaços não formais. Tendências.

Abstract

The present research seeks to map the trend in academic research that discusses accessibility and inclusion in Museums in Brazil. Based on the assumptions of the qualitative research of the documentary type, the corpus of the research was the Thesis Catalog of Dissertations of Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). The methodology involved the collection and the reading of the abstracts. For the analysis of the data, we use Content Analysis. Only thirteen papers were discussed that discuss issues related to accessibility in museums. The results show the need to deepen research in the area and promote the consolidation in the national scientific production.

Keywords:

Museums. Accessibility. Inclusion. Informal spaces. Trends.

Os caminhos da acessibilidade

A acessibilidade, quando observada de maneira ampla, sobrepujando os aspectos arquitetônicos e espaciais está imbuída nos problemas organizacionais da sociedade. O acesso aos bens culturais e patrimoniais vem passando por inúmeros processos de democratização, criação e reestruturação nos pontos de vista social, conceitual e político. Medidas que buscam possibilitar o exercício da cidadania, contemplando a diversidade e pluralidades nos caracterizam como cidadãos e acarretam na adoção de uma visão completa da acessibilidade (COHEN; DUARTE; BRASILEIRO, 2012), para tal, é necessário entender como esse conceito vem se desenvolvendo e se consolidando durante os anos, assim, esse trabalho objetiva-se a analisar qual é a tendência nas pesquisas acadêmicas que discutem acessibilidade e inclusão em Museus no Brasil.

¹ Mestranda em Educação em Ciências e em Matemática
Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e em Matemática - UFPR
Curitiba, Paraná. Contato: claudiaschuindt.cs@gmail.com

² Docente do Departamento de Química e Programa de Pós-Graduação em
Educação em Ciências e em Matemática - UFPR
Curitiba, Paraná. Contato: camila@quimica.ufpr.br

Políticas museais brasileiras e a acessibilidade

Para analisar as tendências nas pesquisas acadêmicas que discutem acessibilidade e inclusão em Museus no Brasil é necessário fazermos uma análise cronológica das políticas museais, pois, entendermos que à medida que as Leis vão se tornando mais exigentes em relação a essa questão, os Museus tendem a se adaptar e, conseqüentemente, passam a ser foco dos pesquisadores.

No Brasil, no ano de 1976, foi lançado um dos primeiros documentos para nortear a política museal, intitulado como “Subsídios para implantação de uma Política Museológica Brasileira”, fruto do I Encontro Nacional de Dirigentes de Museus, realizado em 1975. Esse documento tem grande valor como fonte histórica, pois, é uma publicação oficial de diretrizes especialmente voltadas para a política museológica brasileira, mas não trata diretamente as questões sobre acessibilidade, já que seu foco é regulamentar e estabelecer os rumos para a implantação dos Museus.

A Política Nacional de Museus - PNM (BRASIL, 2007) elaborada em 2003, tem como intento discutir as políticas públicas nos campos do patrimônio cultural, da memória social e dos museus, visando regulamentar a democratização das instituições, o acesso a esses bens e o desenvolvimento de práticas educacionais que garantam o respeito à diferença e à diversidade cultural, porém, não dá direcionamentos relacionados às questões de acessibilidade para esses espaços. Resultante da interlocução entre os museus de todo o país, esse documento, amplia a construção coletiva e gera parâmetros de constituição, no intuito de impulsionar a área museológica brasileira.

O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), criado em 2009, é o órgão que estabelece critérios e regras para que as instituições se enquadrem dentro dos parâmetros que as caracterizam como Museus. Ele também define as responsabilidades do ambiente como espaço de divulgação científica e cultural, e orienta as medidas institucionais e educacionais, tendo por finalidade facilitar o diálogo entre museus e instituições afins, objetivando seu desenvolvimento (CHAGAS e MURTA, 2016), entretanto, não traz no documento de sua constituição orientações sobre acessibilidade.

Apesar do avanço oriundo da criação do IBRAM, as políticas museais de acessibilidade passaram a ser discutidas apenas a partir da criação do Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) (BRASIL, 2010), com vistas a estabelecer o conjunto de normas para o setor museal, pertencente ao Plano Nacional de Cultura, elaborado entre dezembro de 2009 e dezembro de 2010, com validade prevista para o período de 2010 a 2020.

O PNSM articula a acessibilidade com a sustentabilidade ambiental, apresentando-a como um tema transversal vinculado ao “Eixo II – Cultura, cidade e cidadania”, como consta no documento. Propondo que o ambiente dos Museus seja adequado de maneira ao passo que possa garantir práticas de acessibilidade universal, estabelecendo, como diretriz prioritária que haja:

Desenvolvimento de capacidades técnicas específicas e de recursos financeiros para que os museus realizem as adaptações necessárias em atendimento aos requisitos de acessibilidade e sustentabilidade ambiental; e, ao mesmo tempo, possam promover ações de promoção de consciência crítica junto a seu público e à comunidade onde está inserido (BRASIL, 2010, p. 22).

Visando garantir que as ações e projetos de modernização e segurança estejam associados às questões da acessibilidade definidas especificamente para cada tipo de museu, o PNSM traz metas e orientações específicas, que foram sintetizadas no Quadro I, exposto a seguir:

Quadro I - Diretrizes de acessibilidade do Plano Nacional Setorial de Museus

MUSEU	DIRETRIZ DE ACESSIBILIDADE
Museus de arte	Garantir a acessibilidade física, social, informacional e estética a todos os tipos de público aos museus de arte, compreendendo este fator como de importância para a sustentabilidade socioambiental.
Museus de história	Assegurar medidas eficazes de acessibilidade aos museus e às informações museológicas, incluindo informações conscientizadoras sobre desenvolvimento sustentável e sua relação/integração com o meio ambiente, para todo e qualquer tipo de público.
Museus de culturas militares	Ampliar a acessibilidade e a sustentabilidade ambiental dos museus.
Museus de ciências e tecnologia	Estabelecer políticas de incentivo à acessibilidade e à sustentabilidade ambiental em museus.
Museus etnográficos	Garantir o desenvolvimento de ações voltadas para a acessibilidade em museus que promovam a interculturalidade
Museus arqueológicos	Fortalecer e incentivar os museus de arqueologia a atuarem de forma dinâmica, intra e extramuros, com acervos, sítios e áreas de forma participativa e sustentável.
Museus comunitários e ecomuseus	Assegurar políticas inclusivas com programas de acessibilidade que considerem os limites físicos, simbólicos e cognitivos, além da sustentabilidade ambiental local e regional.
Museus da imagem e do som e de novas tecnologias	Transformar tais museus em unidades exemplares em acessibilidade e sustentabilidade ambiental, tornando-os referência.
Arquivos e bibliotecas de museus	Garantir a acessibilidade física e virtual, ampliando a disseminação da informação do patrimônio cultural nacional de forma sustentável, que integrem os acervos arquivísticos e bibliográficos dos museus.

FONTE: Adaptado do Plano Nacional Setorial de Museus (BRASIL, 2010).

Essas diretrizes têm como meta garantir que medidas de acessibilidade façam parte das ações tomadas pelos gestores das instituições.

As estratégias estabelecidas trazem orientações para que cada museu adote medidas de acessibilidade, dentre elas, algumas ações são sinalizadas no documento como prioritárias, são estas:

i) promover a acessibilidade de pessoas com deficiência a partir do desenvolvimento de programas e ações educativas; ii) incrementar ações voltadas à garantia do direito à acessibilidade cognitiva, sensorial e motora para toda a população; iii) evidenciar esforços para a reestruturação dos espaços museais garantindo acessibilidade à sociedade, incluindo reformas, construções, restaurações de bens móveis e imóveis; e iv) aquisição de equipamentos e acervos, criar e implementar normas e procedimentos específicos para museus e centros culturais para garantir acessibilidade universal, em consonância com o Decreto 5.296/2004 e as normas de acessibilidade já existentes no país (BRASIL, 2004, p. 122).

Além de exercitar as medidas de capacitação dos profissionais nos Museus, faz-se necessário elaborar um diagnóstico referente à acessibilidade de forma interinstitucional, identificando necessidades específicas de cada unidade museológica, buscando estabelecer medidas para viabilizar a interação entre o público e o Museu, cumprir as Leis referentes à acessibilidade, diversificar os meios de transporte para acesso e garantir o desenvolvimento efetivo de ações voltadas que promovam a acessibilidade (BRASIL, 2010).

O Conselho Internacional de Museus (ICOM), criado em 1946, com o objetivo de apoiar a criação e o desenvolvimento de museus de todas as tipologias, auxilia na organização e na cooperação entre os âmbitos nacional e internacional, e revela a necessidade de ampliação dessa discussão, enfatizando a importância de que passem a ser foco das pesquisas em desenvolvimento, corroborando ao que está descrito no PNSM – “elaborar uma publicação sobre acessibilidade e outra sobre sustentabilidade, que abranjam a complexidade dos conceitos, contendo orientações e parâmetros para sua implementação, além da apresentação de experiências” (BRASIL, 2010, p. 84).

O Estatuto de Museus, estabelecido pela Lei nº 11.904/2009 institui em seu Art. 2.º Inc.V que é princípio fundamental dos museus assegurarem a “universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural”, e em seu Art. 35.º que: “os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente” (BRASIL, 2009).

Em dezembro de 2011, é lançado pelo IBRAM o primeiro volume dos “Cadernos Museológicos”. Com o objetivo de apontar a necessidade de proteger e cuidar adequadamente do patrimônio museológico brasileiro, a obra, em seu primeiro volume, dedica-se ao tema da Segurança em Museus, e visa promover a educação e o lazer, incentivando a preservação e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Fica evidente na publicação que, além de preservar, é fundamental garantir o acesso, garantir a acessibilidade como um direito à cidadania (ONO; MOREIRA, 2011).

Em consonância ao primeiro volume da obra, o segundo Caderno Museológico “Acessibilidade a Museus” (COHEN; DUARTE; BRASILEIRO, 2012) vem enfatizar que a razão de ser do Museu não reside apenas no acervo, mas na relação entre comunidade, território e patrimônio, priorizando a importância da

acessibilidade nesses espaços e dedicando-se à articulação, ao fortalecimento, à promoção e à valorização dos Museus no Brasil.

O IBRAM vem incluindo em seus Planos de Ações anuais o Programa Museus de Acessibilidade, com o intuito de atender às legislações vigentes, propiciando a interação de pessoas com deficiência com o espaço físico dos Museus. Assumindo sua responsabilidade como órgão que regulamenta essas medidas, realizam projetos, diagnósticos, intervenções e adaptações físicas nos espaços, promovendo debates, encontros e seminários, além da produção de materiais que tratam amplamente das questões voltadas à acessibilidade, direcionando quais medidas devem ser tomadas como norteadoras para que os espaços museais consigam alcançar a fruição plena.

Assim como o Decreto 8.124/2013 define como dever dos Museus públicos e privados, desenvolver e programar medidas de “identificação dos aspectos de conforto ambiental, circulação, identidade visual, possibilidades de expansão, acessibilidade física e linguagem expográfica voltadas às pessoas com deficiência” (BRASIL, 2013, p. 2).

Entende-se, então, que acessibilidade é uma característica inerente ao ambiente ou ao objeto que permite a condição de alcance para utilização, a qualquer pessoa, de maneira segura e autônoma (MOLENZANI e NORBERTO ROCHA, 2017). Assim, a acessibilidade passa a ser vista como a possibilidade de acesso a todas as pessoas ao meio, à via pública, aos transportes e às tecnologias, com o máximo possível de usabilidade.

Seguindo essa perspectiva, em 2018 é lançado o documento intitulado: Política Nacional de Educação Museal (PNEM) (BRASIL, 2018), que reúne os pontos discutidos na Carta de Porto Alegre, aprovada durante o 7º Fórum Nacional de Museus, no âmbito do 2º Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal, traçando um breve histórico da Educação Museal no Brasil, norteia a PNM na esfera da educação e utiliza como base os documentos orientadores do campo da cultura, contribuindo, assim, para a instituição de políticas públicas, preconiza o respeito à diversidade, promoção e participação social e a valorização do relacionamento entre a sociedade e o patrimônio cultural.

A PNEM (BRASIL, 2018) define o termo “acessibilidade plena” como a busca pela superação das diversas barreiras que dificultem ou impeçam o acesso aos Museus e Centros Culturais. Tais barreiras podem ser arquitetônicas – internas ou externas – e/ou em seus espaços expositivos transcendendo aspectos estruturais.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), órgão responsável pela normalização técnica no Brasil,

todos os cidadãos têm o direito de ir e vir, inclusive aqueles que possuem deficiências permanentes ou ocasionais. Cadeirantes, deficientes auditivos ou visuais, gestantes e idosos precisam transitar e acessar todos os espaços da cidade, prédios públicos e institucionais, usar sanitários, telefones, sem que isso lhes cause dificuldades e constrangimentos. Acessibilidade é “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos” (ABNT, 2015, p. 1).

É imprescindível, que a organização desses espaços atenda às necessida-

des dos usuários, que sejam pensados e desenvolvidos projetos que garantam respeito e acessibilidade plena.

Observa-se que as questões de acessibilidade só passam a estarem presentes nos documentos que sucedem a PNM (BRASIL, 2007), o que evidencia uma preocupação tardia, pois, as políticas de valorização dos Museus no Brasil surgem a partir dos anos 1950, quando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), passa a promover eventos para o desenvolvimento de Comitês Nacionais em diversos países.

O desenvolvimento de ações e políticas de acessibilidade para pessoas com deficiência em espaços culturais é uma demanda que vem se tornando cada vez mais presente nas discussões entre pesquisadores, professores e profissionais da área, e é anterior à questão da necessidade da inclusão cultural daqueles que são considerados públicos não usuais desses espaços.

Desta forma, não se pode pensar numa educação museal sem considerar a especificidade de cada visitante, o que irá acarretar em uma forma particular de Educação. Assim, através das exposições é possível, entre outras coisas, compreender as concepções de Ciência e de Educação assumidas (MARANDINO, 2005).

Dessa maneira, é fundamental identificar como as pesquisas vêm se desenvolvendo, qual é o foco dos pesquisadores, como têm sido entendidos os benefícios ou não da acessibilidade, e quais avanços e lacunas podem ser percebidos.

Caminhos metodológicos

O presente trabalho é um recorte da pesquisa hermenêutica fenomenológica desenvolvida para a obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e em Matemática da Universidade Federal do Paraná. Fundamenta-se nos pressupostos da pesquisa qualitativa do tipo documental, que, segundo Lüdke e André (2013), “pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (LÜDKE e ANDRÉ, 2013, p. 44).

Deste modo, nos respaldamos na importância que um documento tem para mapear as lacunas e direcionar os caminhos da pesquisa, como afirmam Lüdke e André (2013):

os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (LÜDKE e ANDRÉ, 2013, p. 45).

Assim, os dados foram constituídos a partir da análise no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Esse levantamento ocorreu entre os meses outubro/2018 e janeiro/2019, e os descritores utilizados foram: acessibilidade, acesso, museu, museu de ciências, ciências, deficiência, inclusão. Os resultados encontrados foram organizados em uma planilha de dados a fim de não sofrerem alterações

na amostragem enquanto eram analisados, já que a atualização do Catálogo é constante, conforme exemplificado no Quadro 2, apresentado seguir:

Quadro 2 - Organização dos dados da pesquisa documental

Data (MM/AAAA)	Autoria	Título	Programa/Região	Tipo
08/1999	Amanda Pinto da Fonseca	Museu de Arte e Público Especial	Escola de Comunicação e Artes/USP/SP	Dissertação
01/2008	Viviane Panelli Sarraf	Reabilitação do Museu: políticas de inclusão cultural por meio da Acessibilidade	Escola de Comunicação e Artes/USP/SP	Dissertação

Fonte: As autoras(2019).

Foram localizados apenas treze trabalhos que discutiam questões pertinentes à Acessibilidade em Museus de Ciências no banco de dados da CAPES.

Para a análise dos dados, utilizaram-se os elementos da Análise de Conteúdo, na perspectiva de Bardin (2016), que propõe uma análise sistemática de materiais baseada em três etapas: a pré-análise, a inferência e a interpretação. Bardin (2016) afirma que:

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (BARDIN, 2016, p. 37).

Segundo a autora, tudo o que é dito ou escrito é suscetível de ser submetido a uma Análise de Conteúdo, excetuando-se apenas o que não é propriamente linguístico, tal como representações pictóricas e comportamentos, por exemplo. A Análise de Conteúdo se organiza em torno de três polos cronológicos: a) a pré-análise; b) a exploração do material e c) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 2016).

Os procedimentos metodológicos envolveram, inicialmente, o levantamento e a leitura dos resumos e de capítulos da fundamentação teórica. Após, foi conduzida a análise dos conteúdos destes textos, com intuito de identificar e analisar as propostas dos autores.

Resultados e discussão

A partir dos avanços da Legislação e dos Documentos Oficiais em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, a acessibilidade também ganhou, gradativamente, mais espaço nas pesquisas sobre museus, espaços científico-culturais e ações de divulgação científica.

No ambiente acadêmico, Sarraf (2008) defende que o espaço para projetos de pesquisa sobre o assunto foi iniciado na década de 1990, em departamentos que consideraram esta discussão válida para seus programas, em suma, o Departamento de Ciências da Comunicação e Artes Plásticas da Universidade de São Paulo.

Dentre esses, se destaca o primeiro trabalho publicado, localizado du-

rante a pesquisa documental, que discutiu questões pertinentes à acessibilidade (TOJAL, 1999), e teve por objeto a investigação da importância sociocultural do Museu com relação ao público visitante, analisando os aspectos de acessibilidade física e sensorial do espaço museológico, bem como os programas de ação educativa em Museus de Arte dirigidos às especificidades e necessidades do público com deficiências visuais, auditivas, físicas e intelectuais, tendo por referência a apresentação e avaliação do Projeto “Museu e Público Especial” implantado pelo Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo no ano de 1991.

Tal trabalho foi desenvolvido em um Museu de Arte brasileiro, e buscou analisar o acesso especializado desse público, contribuindo para a melhoria do ensino e aprendizagem da Arte Contemporânea por meio das inúmeras possibilidades do espaço museal, principalmente para as pessoas com deficiência. Caracterizando as deficiências do público visitante do Museu e apontando os “sentidos comuns e os sentidos específicos”, o trabalho aponta medidas de acessibilidade física e sensorial para o público com deficiência visual, intelectual, auditiva e física. Propondo ao final de cada sessão, uma “Ação Educativa” pontuando práticas que atendam as particularidades de cada visitante (TOJAL, 1999).

A pesquisa seguinte – “Políticas públicas culturais de inclusão de públicos especiais em museus” – publicada em 2007, após o lançamento da PNM, tem por objetivo afirmar através das políticas públicas que é possível conceber o Museu como ambiente de inclusão do público com deficiência, ampliando o discurso de uma instituição determinada para um conjunto sistêmico de instituições públicas estatais e/ou privadas, implantando programas de acessibilidade e ações de Educação Inclusiva em Museus no Estado de São Paulo e em outros Estados e regiões do país (TOJAL, 2007).

Segundo Tojal (2007) as políticas públicas necessitam de ações planejadas e de articulação a fim de preverem a acessibilidade de maneira integrada, tanto aos Museus, quanto aos profissionais “com a função de formar, capacitar, acompanhar, divulgar e avaliar permanentemente os programas de acessibilidade, desenvolvidos nas instituições,” (TOJAL, 2007, p. 271) além de obter os recursos para a implantação das políticas públicas específicas que se desenvolvem a partir de uma perspectiva macroscópica, sem perder de vista as exigências locais e específicas de cada instituição e do seu público visitante.

Antecedendo a criação do IBRAM, em um ano, dois trabalhos foram publicados abordando a temática Acessibilidade em Museus – “Reabilitação do Museu: Políticas de Inclusão Cultural por meio da Acessibilidade” (SARRAF, 2008) e “O Ensino e Aprendizagem da Célula em modelos táteis para alunos cegos em espaços de Educação formal e não formal” (CARDINALLI, 2008). Segundo Gohn (2011) a educação não formal pode ser definida como a que proporciona a aprendizagem de conteúdos da escolarização formal em espaços como Museus, Centros de Ciências, ou qualquer outro em que as atividades sejam desenvolvidas de forma bem direcionada, com um objetivo definido, pois, estimulam a curiosidade dos visitantes.

Investigando a relação Museu/visitantes com deficiência, Sarraf (2008) analisa as teorias e práticas voltadas à ação cultural. Os conceitos de inclusão e acessibilidade em relação ao Museu e à mediação cultural, a partir de depoimentos das pessoas com deficiência e dos gestores das instâncias pública e privada representando os Museus e instituições culturais. A autora ressaltou a necessidade de considerar o direito e o desejo das pessoas com deficiência em se beneficiarem com o acesso à cultura, à arte e ao patrimônio cultural, implicando

consequentemente, em novas estratégias de mediação e acesso à informação.

Enquanto Sarraf (2008) buscou fundamentar a importância da acessibilidade, Cardinali (2008) enfatizou o processo de inclusão de alunos cegos no Museu de Ciências e retratou quais foram às experiências vividas pelo grupo. O contato com os modelos tridimensionais da célula objetivava atender os alunos deficientes visuais, nas aulas práticas de Ciências/Biologia, empregando uma metodologia específica, importante para a inclusão educacional, pois ampliava a acessibilidade e a integração grupos minoritários em atividades científico-educativo-sociais.

Cardinali (2008) destacou que para uma sociedade ser inclusiva, faz-se necessária a busca de recursos que visem incluir e não simplesmente inserir a pessoa nos ambientes destinados à sua educação, saúde, lazer, trabalho. Nesse sentido, “incluir implica em acolher a todos os membros de um dado grupo, independentemente de suas peculiaridades; é considerar que as pessoas são seres únicos, diferentes uns dos outros e, portanto, sem condições de serem categorizados” (CARDINALI, 2008, p. 76).

Sequencialmente, um estudo do tipo Estado da Arte realizado por Simó (2010) procurou reunir as teses que abordam Arte e Inclusão escritas no período entre 1998 e 2008. O mapeamento realizado forneceu um panorama das principais questões discutidas nas nove teses de doutorado produzidas no período analisado. Dentre essas, apenas uma, Tojal (2007), aborda questões pertinentes ao espaço museal e como a Arte se articula com a inclusão de pessoas com deficiência.

A autora constata que as produções que articulam os temas da Arte-Educação e da Educação Inclusiva e/ou Educação Especial, tendo como público alvo pessoas com necessidades educacionais especiais são de diferentes áreas do conhecimento, e há uma carência nesse âmbito, sendo necessário ainda verificar os reais motivos por esta defasagem através de uma pesquisa específica nos programas de pós-graduação (SIMÓ, 2010).

No período compreendido entre o lançamento do PNSM e o lançamento dos cadernos museológicos pelo IBRAM (2010-2012) pouco se discutiu sobre acessibilidade nos espaços museais em teses e dissertações.

A tese de Sarraf (2013) discute estratégias de mediação e comunicação utilizando-se dos sentidos, tais como tato, audição, olfato, visão e paladar, considerando a importância da inclusão social e cultural dos indivíduos com deficiência. Justificando a pesquisa a partir da necessidade de explorar novos meios de comunicação e a banalidade de exposições meramente visuais, a autora defende que a ergonomia resultante da acessibilidade e do Desenho Universal, possibilita, em partes o acesso e permanência do sujeito nos espaços culturais. Entretanto, concepções a respeito do conteúdo e da linguagem cultural são fundamentais para que todo o público, não somente o deficiente possa desenvolver a consciência corporal no relacionamento com o patrimônio cultural, estabelecida através de novas estratégias de comunicação e mediação.

Dentre estes trabalhos, podemos destacar ainda o estudo de Castro (2014) - “Caminhando em direção ao museu inclusivo: diagnóstico de acessibilidade da exposição ‘Memórias da Terra’ (Museu da Geodiversidade - IGEO/UFRJ) com o mapeamento das intervenções necessárias” – que diagnosticou as barreiras de acessibilidade existentes na exposição, além de apontar possíveis intervenções, destacando as de cunho atitudinal, comunicacional e arquitetônica.

Nesse mesmo ano, a pesquisa desenvolvida por Ribeiro (2014) – “A mediação museológica: formação de mediadores para promoção de acessibilidade

universal no Museu Nacional” – investigou a formação de mediadores como promoção da ‘acessibilidade universal’ no Museu Nacional. A pesquisa foi baseada na formação dos mediadores, na interação com público e nos desdobramentos das ações de acessibilidade ocorridas de 2012 a 2014.

A partir do momento em que as Legislações passam a se tornar mais rigorosas no que diz respeito à acessibilidade, o olhar dos pesquisadores se volta para essas questões novamente.

Na pesquisa de Silva (2015), o objetivo foi produzir um guia sobre acessibilidade para cegos e surdos dos Museus e Centros Culturais do centro da cidade do Rio de Janeiro, apresentando os recursos de multimídia utilizados nas exposições em Braille e em Língua Brasileira de Sinais. O produto foi a elaboração de um Guia Acessível no sistema Braille e em tinta com o intuito de divulgação dos espaços.

Oliveira (2015) teve por objetivo analisar a formação de educadores surdos que atuam em Programas de Acessibilidade Cultural nos Museus da cidade de São Paulo. Segundo a autora, a inclusão só se torna possível a partir do planejamento de ações educativas e do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a acessibilidade nos espaços culturais dos Museus. Esse planejamento é fator primordial para que o público com deficiência possa se sentir acolhido nesses espaços, e que também seja garantida a contratação e formação de educadores especializados para esse atendimento (OLIVEIRA, 2015).

Apesar de crescentes, ainda são relativamente poucos os estudos realizados quando se trata da acessibilidade e inclusão em Museus. Ainda mais incipiente quando se tratando de Museus de Ciências. Os Museus de Ciências possuem uma especificidade no que diz respeito ao “lugar, ao tempo, a importância dos objetos e a linguagem” (MARANDINO, 2005, p. 167) relacionada aos processos desenvolvidos nesses locais, pois, se apoiam na ideia de que a exposição é uma mídia, diferente de outras mídias, mesmo que usem técnicas comuns de comunicação. É através da linguagem das exposições que se manifestam os discursos expositivos produzidos através da “recontextualização dos discursos científicos, educacionais e museais, fruto das relações sociais e culturais que ocorrem neste local” (MARANDINO, 2001, p. 235).

Desta forma, não se pode pensar numa educação museal sem levar em conta a especificidade desse ambiente, que irá determinar uma forma particular de aprendizagem. Assim, através da museografia das exposições é possível, entre outras coisas, compreender as concepções de Ciência e de Educação assumidas. Neste sentido, perceber a narrativa proposta pelas exposições é passo fundamental para realização de uma educação em Ciência por meio dos Museus (MARANDINO, 2005).

Outros dois estudos foram desenvolvidos com o objetivo de identificar quais Museus de Ciências da cidade de São Paulo ofereciam recursos de acessibilidade para que as pessoas com deficiência pudessem visitá-los. Com os dados produzidos na pesquisa observou-se que dos 22 Museus da cidade de São Paulo, apenas nove declararam possuir algum tipo de acessibilidade, sendo, em suma, acessibilidade física. O estudo concluiu que as ações de acessibilidade nos Museus, embora existam, ainda são pontuais (MOLENZANI, 2015; MOLENZANI e NORBERTO ROCHA, 2017).

Posteriormente, Inácio (2017), busca desenvolver e analisar os “Indicadores de Acessibilidade”, uma proposta de ferramenta para avaliar a acessibilidade em exposições científicas e espaços científico-culturais que permita identificar os tipos de acessibilidade presentes nas instituições, tais como: acessibilidade

arquitetônica, atitudinal e comunicacional, e também, os recursos de acessibilidade e o desenho das exposições, contribuindo, assim, para ações e programas institucionais.

Grandi (2017) realizou um Estudo de Caso de uma visita de pessoas com deficiência visual no ambiente de Física do Museu Dinâmico Interdisciplinar da Universidade Estadual de Maringá, analisando as experiências museais que esse ambiente pôde proporcionar para esse perfil de público a partir de entrevistas semiestruturadas para a constituição de dados anterior e posterior à visita.

Os resultados mostram que o toque e manuseio dos itens da exposição pelo visitante com deficiência visual permitiu uma experiência museal gratificante e interativa. Ao se sentirem acolhidos pela atenção diferenciada dada nas descrições dos experimentos, eles ficaram mais à vontade e ativos nos diálogos que ocorreram durante a visita (GRANDI, 2017).

Além das teses e dissertações, Massarani et al. (2017) fizeram o mapeamento de artigos publicados sobre o tema da Acessibilidade em Museus, espaços científico-culturais e atividades de divulgação científica no Brasil em periódicos científicos dos bancos de dados da América Latina. A pesquisa apontou 54 artigos encontrados em 43 revistas latino-americanas e estrangeiras e revelou que as publicações na área são recentes e estão em desenvolvimento no país. A maioria dessas publicações foi feita por autores e instituições das regiões Sudeste e Sul do Brasil (TABELA I).

Tabela I - Distribuição das publicações sobre acessibilidade em periódicos no Brasil

Unidades Federativas	Região	Quantidade de Artigos
Distrito Federal	Centro-Oeste	01
Pernambuco	Nordeste	01
Paraíba	Nordeste	01
Rio Grande do Norte	Nordeste	01
São Paulo	Sudeste	17
Rio de Janeiro	Sudeste	13
Minas Gerais	Sudeste	05
Rio Grande do Sul	Sul	05
Santa Catarina	Sul	07
Paraná	Sul	03

Fonte: Adaptado de Massarani et al. (2017).

Os resultados mostram que é necessário expandir os temas e as estratégias de acessibilidade além de aprofundar a pesquisa na área e promover a consolidação na produção científico nacional. Segundo Sarraf (2008) os caminhos das pesquisas se ampliaram a partir dos anos 2000 no nível de especialização (*Lato sensu*), com o Curso de Especialização em Museologia, oferecido pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo e de 2006, com o Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (*Strictu sensu*). Em 2013, foi criado o curso de Especialização em Acessibilidade Cultural, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, juntamente com o Laboratório de Arte, Cultura, Acessibilidade e Saúde, através da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural.

Entende-se, então, a importância de discutir como a acessibilidade e a inclusão se articulam nos Museus. Mendes Braga (2017) defende que a museologia contemporânea é pautada em um modelo de museu argumentativo que propicia a reflexão sobre a narrativa exposta e possibilita a ampliação na forma de pensar e agir. Dessa maneira, o autor defende que a elaboração das exposições rompa com a visão de que os objetos são monumentos que encapsulam a memória, sem se preocupar com as inquições próprias dos indivíduos que as produziram durante o período social vivido.

É indispensável entender que são características museais:

o encantamento, entretenimento, a admiração, a provocação e o diálogo, pois possuem múltiplas linguagens, outra cadência, outros ritmos e compassos e esses são os pressupostos de uma narrativa sensível, que propõem revelar o lado humano dos visitantes, experiências da vida cotidiana, pois assim como expomos o museu, 'o museu também nos expõem' (MENDES BRAGA, 2017, p. 58).

O museu

opera a partir da dialética entre o visível e o invisível, o tangível e o intangível, e nesse sentido encarna nossa experiência sensível e o sujeito visitante também encarna o museu, no sentido de que o sentimos em nosso corpo. Ao mesmo tempo o museu nos encarna porque por ele atravessamos, constituímos itinerários, lembramos, comentamos ou simplesmente silenciados. A experiência é essencialmente imaterial, enquanto a visão, como o olfato e o paladar, faz parte dos sentidos humanos. É preciso assim entender que somos atravessados pela exposição do museu (MENDES BRAGA, 2017, p. 58).

Observamos que aí reside o principal desafio de uma educação museal: trabalhar com a diversidade de experiências educativas, sociais, sensoriais e culturais que permeiam as exposições e não somente elas, mas todo o espaço do Museu a fim de promover uma educação que transpasse os limites da Educação propriamente dita, mas alcance uma Educação sensível.

O desenvolvimento de estratégias e mediações acessíveis em espaços culturais é ainda anterior à questão da necessidade da inclusão cultural daqueles que são considerados públicos não usuais desses espaços, neste caso, pessoas com deficiência. As pessoas com deficiência são certamente as que apresentam maiores restrições em relação ao acesso, visita e permanência nos espaços culturais, por possuírem limitações de caráter permanente que restringem suas formas de percepção, locomoção e compreensão em relação às exposições (SARRAF, 2013).

A inclusão nesses espaços só consegue atingir seu objetivo se identificarmos como a acessibilidade está ou não presente nesses locais possibilitando e favorecendo a autonomia dos visitantes com deficiência.

A acessibilidade, nesse sentido, vai além do físico, e ultrapassa a eliminação de barreiras arquitetônicas e adiciona aspectos de caráter comunicacional, atitudinal, cognitivo e social. Cohen, Duarte e Brasileiro (2012) argumentam em favor da "acessibilidade total", considerando a abordagem multissensorial que abrange as várias deficiências:

o conceito de acessibilidade plena parte do princípio de que apenas uma boa acessibilidade física não é suficiente para que o espaço possa ser compreendido e de fato usufruído por todos. A acessibilidade plena significa considerar mais do que apenas a acessibilidade em sua vertente física e prima pela adoção de aspectos emocionais, afetivos e intelectuais indispensáveis para gerar a capacidade do lugar de acolher seus visitantes e criar aptidão no local para desenvolver empatia e afeto em seus usuários (DUARTE; COHEN; BRASILEIRO, 2012, p.2).

Assim, a pessoa com deficiência deve ter garantido seu direito de desfrutar do espaço científico-cultural e participar de suas atividades, e esse movimento diz respeito a ter “acesso, andar, ver, ouvir, tocar e sentir bens culturais produzidos pela sociedade através de tempos e disponível para toda a comunidade” (COHEN; DUARTE; BRASILEIRO, 2012, p.22).

Nessa perspectiva, reiteramos que a acessibilidade contribui para que a inclusão ocorra nesses espaços, entretanto, transpassa os aspectos físicos e arquitetônicos. Buscamos salientar a importância de ampliar as discussões a respeito do processo de inclusão de pessoas com deficiência nos espaços não formais e almejamos contribuir com o processo de compreensão desse movimento, enfatizando a necessidade de se expandirem as discussões no que diz respeito à inclusão de pessoas com deficiência nos Museus de Ciências no Brasil, visto a importância da Educação Científica que esses espaços proporcionam, considerando que as pesquisas nesse âmbito, ainda são escassas.

Considerações finais

A partir dessa análise, concluímos que com o passar dos anos as Leis vão se tornando mais rígidas e atendendo ao número maior de especificações, então, os pesquisadores se debruçam a entender quais avanços e quais mudanças devem ocorrer nos Museus, porém, a quantidade de pesquisas desenvolvidas na área ainda é pequena e não fornece dados suficientes para que possamos concluir como e quais medidas os Museus estão adotando para se tornarem acessíveis.

Salientamos a necessidade de explorarmos mais as questões de acessibilidade em Museus de Ciências, considerando que os Museus de Ciências são espaços não formais de Educação que contribuem para a formação cultural e científica das pessoas e são, na atualidade, espaços nos quais a Divulgação e a Educação Científica acontecem para diferentes tipos de público. A diversidade de atividades educacionais e possibilidades de interação com os conteúdos expostos é uma tendência cada vez mais presente nessas instituições, refletindo uma trajetória histórica em busca de uma comunicação mais efetiva com os diferentes tipos de visitantes.

Entendemos que a acessibilidade é um direito garantido por Lei e que deve ser cumprida, entretanto, essa prática não está presente na maioria das instituições. A acessibilidade deve ser tratada de modo amplo, extrapolando os aspectos físicos e estruturais, para tanto, é necessário desenvolver ações que busquem ampliar e criar medidas que possibilitem o exercício da cidadania, que valorize a pluralidade e a diversidade (COHEN; DUARTE; BRASILEIRO, 2012).

A inclusão preconiza a valorização das diferenças, a igualdade, a coope-

ração, a solidariedade e o direito a todos de usufruírem com qualidade todos os aspectos da vida, tais como lazer, cultura, trabalho e educação, mas, apesar dos avanços, as políticas públicas ainda necessitam de uma melhor normatização para garantir que essas medidas sejam aplicadas e vivenciadas.

Apesar da abrangente legislação, um esforço maior por parte da sociedade é necessário para promover a acessibilidade universal em todos os seus aspectos. Museus, Centros Culturais e espaços educativos, além de acessíveis, devem proporcionar a comunicação para todos os visitantes, permitindo que cada um possa usar seus próprios sentidos de maneira independente. A igualdade de condições para usufruir do espaço e do que está sendo apresentado é uma necessidade primordial. O contrário seria uma indesejada exclusão social. Defendemos, portanto, que mais do que uma acessibilidade plena, o público deve ser incluído no espaço museal, e isso transpassa os aspectos físicos e arquitetônicos das instituições.

De acordo com Sarraf (2008, p. 38), “a acessibilidade é uma forma de concepção de ambientes que considera o uso de todos os indivíduos independente de suas limitações físicas e sensoriais, desenvolvida a partir dos conceitos do movimento de Inclusão Social”.

Entendemos que as práticas museais devem valorizar a diversidade, estimular o respeito, acolher e incluir. Além disso, é fundamental que estejam disponíveis para todos os públicos, sem distinções. Reconhecemos que mais do que a Divulgação Científica, as pesquisas devem incentivar as discussões a respeito da acessibilidade de tal forma, que essa provoque e desperte esse diálogo.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *NBR 9050*: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70. 2016.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 04 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 04 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em: 04 dez. 2018.

BRASIL. Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 out. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8124.htm>. Acesso em: 12 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2009, 14 jan. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 13 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Pla-

no Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2009, 20 jan. Seção I, p. 1. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/sileg/integras/830080.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Secretaria de Direitos Humanos: Brasília, 2007. Disponível em: <<https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencaopessoascomdeficiencia.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus. *Política Nacional de Museus*. Ministério da Cultura: Brasília, 2007. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/politica_nacional_museus.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus. *Plano Nacional Setorial de Museus - 2010/2020*. Ministério da Cultura: Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/PSNM-Versao-Web.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus. *Caderno da Política Nacional de Educação Museal*. Ministério da Cultura: Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-da-PNEM.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

CARDINALI, Sandra Mara Mourão. *O Ensino e Aprendizagem da Célula em Modelos Táteis para Alunos Cegos em Espaços de Educação Formal e Não Formal*. 2008. 109f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Biologia) – programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Minas Gerais, 2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/EnCiMat_CardinaliSM_1.pdf>. Acesso em: 29 out. 2018.

CASTRO, Aline Rocha de Souza Ferreira de. *Caminhando em direção ao museu inclusivo: diagnóstico de acessibilidade da exposição “Memórias da Terra” (Museu da Geodiversidade-IGEO/UFRJ) com o mapeamento das intervenções necessárias*. 2014. 101 f. (Monografia em Acessibilidade Cultural) - Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CHAGAS, Mario de Souza.; MURTA, Marcelo Lages. Das utopias museais ao pragmatismo Estruturado. *Revista Brasileira de Museus e Museologia*, Brasília, n. 7, p. 62-83, jul. 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivRev_Musas_n1_m.pdf>. Acesso em 23 out. 2019.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane; BRASILEIRO, Alice. *Acessibilidade a Museus: Cadernos Museológicos*, Brasília: MinC/IBRAM, 2012. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/acessibilidade_a_museu_miolo.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2018.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas SA, 2008.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. São Paulo: Cortez, 2011.

GRANDI, Samira Cassote. *Experiência de visitantes com deficiência visual na sala de Física do Museu de Ciências da Universidade Estadual de Maringá*. 2017. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência e para a Matemática) – Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

INACIO, Luiz Gustavo Barcellos. *Indicadores do potencial de acessibilidade em*

Museus e Centros de Ciências: análise da Caravana da Ciência. 104 f. Trabalho de conclusão de curso (Ensino de Ciências com ênfase em Biologia e Química) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://grupomccac.org/indicadores-do-potencial-de-acessibilidade-em-museus/>>. Acesso em: 11 fev. 2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2015.

MARANDINO, Martha. *O conhecimento biológico nas exposições de museus de ciências: análise do processo de construção do discurso expositivo*. 2001. 435 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.geenf.fe.usp.br/v2/wp-content/uploads/2012/09/marandino_2001.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2018.

MARANDINO, Martha. Museus de ciências como espaços de educação. In: FIGUEREDO, B. G.; VIDAL, D. G. *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argumentum, p. 165-176, 2005. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/844082/mod_resource/content/2/MARANDINO_Museus_de_Ci%C3%A7ncias_como_espa%C3%A7os_de_educ%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2019.

MASSARANI, Luiza. et al. *Aproximaciones a la investigación en divulgación de la ciencia en América Latina a partir de sus artículos académicos*. Rio de Janeiro: Fio-cruz - COC, 2017. Disponível em: <<http://www.redpop.org/wp-content/uploads/2015/06/Aproximaciones-a-la-investigaci%C3%B3n-en-divulgaci%C3%B3n-de-la-ciencia-en-Am%C3%A9rica-Latina-a-partir-de-sus-art%C3%ADculos-acad%C3%A9micos.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

MENDES BRAGA, Jezulino Lucio. Desafios e Perspectivas para Educação Museal. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 6, n. 12, p. 55-64, set. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/ojs248/index.php/museologia/article/view/23288>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

MOLENZANI, Aline Oliveira. *Acessibilidade nos museus e centros de ciências da cidade de São Paulo*. 75 f. Trabalho de conclusão de curso (Aperfeiçoamento em educação científica: ensino não formal de ciência e tecnologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerias, 2015. Disponível em: <<https://catalogo-deteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/acessibilidadenosmuseusecentrosdecienciasdacidadedesãopaulo.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MOLENZANI, Aline Oliveira; NORBERTO ROCHA, Jéssica. Acessibilidade nos museus e centros de ciências da cidade de São Paulo. *Revista do Encontro de Divulgação de Ciência e Cultura*, Campinas, v. 3, n. 3, p. 71-83, abr. 2017. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/edicc/article/view/5219>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

OLIVEIRA, Margarete de. *Cultura e inclusão na educação em museus: processos de formação em mediação para educadores surdos*. 2015. 191 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ONO, Rosaria; MOREIRA, Kátia Beatriz. *Segurança em Museus: Cadernos Museológicos*, Brasília: MinC/IBRAM, 2011. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/09/Boletim-Bibliografico-Cenedom-n14_ago2013.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2019.

RIBEIRO, Guilhermina Guabiraba. *A mediação museológica: formação de mediadores para promoção de acessibilidade universal no Museu Nacional*. 92 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Acessibilidade Cultural) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://>

www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/11768/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20PPGEdu%20-%20Guilhermina%20Guabiraba.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 17 ago. 2019.

SARRAF, Viviane Panelli. *Reabilitação do museu: políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade*. 2008. 181 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: < www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-17112008.../reabilitacaomuseu.pdf >. Acesso em: 30 ago. 2018.

SARRAF, Viviane Panelli. *A comunicação dos sentidos nos espaços culturais brasileiros: estratégias de mediações e acessibilidade para as pessoas com suas diferenças*. 2013. 251 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Programa de Pós-graduação em Comunicações e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.museusacessiveis.com.br/arquivosDown/20140326143526_tesedigital.pdf>. Acesso em: 04 de jan. 2019.

SIMÓ, Cristiane Higuera. *O estado da arte das teses acadêmicas que abordam arte e inclusão: um recorte de 1998 a 2008 no Brasil*. 2010. 181 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais do CEART, Universidade do Estado de Santa Catarina, Santa Catarina, 2010. Disponível em: <<http://www.tede.udesc.br/bitstream/tede/766/1/113560.pdf>>. Acesso em 21 de mar. 2019.

SILVA, João Paulo Ferreira da. *Acessibilidade aos cegos e surdos nos Museus e Centros Culturais da cidade do Rio de Janeiro*. 2015. 77 f. (Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. Disponível em: <<http://cmpdi.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/186/2018/08/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Jo%C3%A3oPauloFerreiradaSilva.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2018.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. *Museu de Arte e Público Especial*. 1999. 200f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: < http://arteinclusao.com.br/publicacoes_producoes-academicas/ >. Acesso em: 15 jul. 2018.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. *Políticas Públicas Culturais de Inclusão de Públicos Especiais em Museus*. 2007. 322 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: < http://arteinclusao.com.br/publicacoes_producoes-academicas/ >. Acesso em 03 jun. 2018.

Recebido em 23 de maio de 2019

Aprovado em 06 de setembro de 2019